

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.813, DE 2004

(Apensados o PL 4.247, de 2004 e o PL 5.878, de 2005)

Altera a Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994, estendendo às pessoas portadoras de doenças graves ou crônicas e aos acompanhantes o benefício do passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual.

Autor: Deputado NEUTON LIMA

Relator: Deputado REMI TRINTA

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei propõe conceder passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual ao portador de doença grave comprovadamente carente, e a um seu acompanhante, quando se deslocar por necessidade de tratamento; isso mediante comprovação por junta médica.

Encontram-se apensos a esta proposição os Projeto de Lei n.º 4.247/ 2004 e 5.878/2005, ambos de autoria do nobre Deputado Carlos Nader. Os apensos pretendem iniciativa semelhante, porém não extensiva aos acompanhantes.

Na exposição de motivos dos projetos, argumenta-se que a proposta visa a atenuar as limitações e a exclusão social dessas pessoas. Além disso, tende a diminuir o número de faltas às consultas e aos tratamentos médicos, considerando que muitos deles são realizados em hospitais regionais localizados em municípios distintos dos de moradia dos pacientes.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de Viação e Transportes. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a respeito de sua constitucionalidade, regimentabilidade e juridicidade. Por ter caráter conclusivo nas comissões, dispensa a apreciação do Plenário.

II - VOTO DO RELATOR

Os projetos em tela apresentam iniciativa louvável, que visa à promoção de equidade social em nosso País; direcionam-se de maneira expressa à parcela carente da população. Salientamos aqui a felicidade dos nobres Deputados em sua apresentação.

A iniciativa proposta beneficiará cidadãos que, além de padecerem de doenças crônicas e graves, vêm-se obrigados a grandes deslocamentos para obter seu tratamento. São pessoas que, indubitavelmente, precisam proteção social.

O projeto original, do insigne Deputado Neuton Lima, notabiliza-se ainda por estender tal benefício a um eventual acompanhante do doente, considerando necessidade concreta que se revela em tantas ocasiões. A obrigatoriedade de comprovação do direito ao benefício por junta médica oficial justifica-se pela necessidade do controle de sua concessão e pela praticidade da medida.

Os projetos apensados diferem quanto à forma de comprovação do direito ao benefício. Enquanto o PL 4.247/2004 obriga o interessado a portar documentos comprobatórios da doença, atestados e comprovação de seu comparecimento às consultas, o PL 5.878/2005 prevê que o

passe-livre seja concedido por órgãos competentes dos Ministérios da Saúde e do Transporte. Parece-nos que a primeira medida pode gerar constrangimentos desnecessários aos beneficiários, já vítimas de tantos sofrimentos. A segunda proposta, por sua vez, cria mecanismo burocrático que possivelmente implicará dificuldades para sua implementação.

Dessa forma, considerando a propriedade da medida proposta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 3.813, de 2004, e pela rejeição dos Projeto de Lei n.º 4.247, de 2004, e 5.878, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado REMI TRINTA
Relator

ArquivoTempV.doc

6DA860C457 *6DA860C457*